

A HISTÓRIA DOS DOCUMENTOS

THE HISTORY BEHIND THE DOCUMENTS

Joana Bento Torres

O projecto De Todas as Partes do Mundo teve como principal ponto de partida o estudo do inventário do quinto duque de Bragança, D. Teodósio I, uma fonte quinhentista de grande potencial histórico e até então trabalhada em estudos parciais, entre os quais destacamos os trabalhos pioneiros de Manuel Joaquim¹, Aires Nascimento², Jorge Fonseca³, Bernadette Nelson⁴ e Jessica Hallett⁵. Aqui pretendia-se conciliar sinergias e alinhar num mesmo momento o estudo sistemático deste documento. Para que tal acontecesse, o trabalho de revisão da transcrição e a informatização do documento revelou-se basilar, bem como toda a pesquisa documental desenvolvida em paralelo e que permitiu a recolha de documentação inédita relativa ao período de vida e em particular do ducado de D. Teodósio I.

A escassez de informação existente para este duque quando comparando com outros era flagrante e necessitava de ser colmatada. Assim, iniciou-se uma busca sistemática, direccionada ocasionalmente pelos próprios investigadores do projecto e pessoas a ele associadas, por vários arquivos portugueses. Em Lisboa, recolheu-se informação no Arquivo Nacional Torre do Tombo (fundos do Corpo Cronológico, Casa de Abrantes, Colecção de S. Vicente, Chancelarias de D. João III e de D. Sebastião, Casa de Bragança e Casa de Cadaval), nos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal e nos Códices da Biblioteca da Ajuda. Em Coimbra concentraram-se esforços no Arquivo da Universidade de Coimbra (Colecção Martinho da Fonseca) e nos manuscritos dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Na cidade

de Évora, concentrámo-nos no Arquivo Distrital de Évora e na sala de cimélios da Biblioteca Pública de Évora. Por último, o Arquivo Municipal de Vila Viçosa e o Arquivo Histórico da Casa de Bragança, onde se encontravam alguns dos mais profícuos conjuntos documentais, entre os quais o próprio Inventário de D. Teodósio I. A impossibilidade temporal e logística impediu que a nossa pesquisa fosse muito além dos arquivos já referenciados. Contudo, houve ainda possibilidade de utilizar alguma documentação do Archivo General de Simancas, pesquisada em particular por Nuno Vila Santa na preparação do seu texto *O Duque como conselheiro: D. Teodósio I e a Coroa em meados de Quinhentos*. No total e para lá do vasto número de documentos consultados, lidos e resumidos, foram integralmente transcritos cerca de 200 documentos, equivalentes a cerca de 68000 palavras, que não incluem a transcrição do *Inventário* e dos *Maços de D. Brites*. Foram inúmeros os textos de grande interesse encontrados, alguns nunca publicados ou explorados pela historiografia. No presente volume disponibilizamos apenas a transcrição do *Inventário* e a dos *Maços de D. Brites*, por se constituírem como produtos de um longo processo judicial que se iniciou desde a morte daquele duque de Bragança, e que se prolongou até à segunda metade do século XVII, altura em que um dos descendentes da duquesa D. Brites pede a cópia do inventário⁶, e que chega deste modo até nós. A restante documentação compilada e transcrita foi distribuída pelos investigadores do projecto e aparecerá citada nos diferentes textos do volume I da presente colecção. Esperamos num

1 Joaquim, 1953.

2 Escreveu dois artigos acerca da biblioteca do duque, a saber: Nascimento, 1994 e Nascimento, 2006.

3 Fonseca, 2005, pp. 43-53.

4 'Holy Week at the Chapel of the Dukes of Braganza', A Capella Portuguesa (Hyperion CDA66867, 1996): programme, musical editions and liner notes.

5 Hallett, 2007, pp. 31-50 e Hallett, 2008, pp. 225-257.

6 Detalhes sobre o processo de partilhas e de elaboração do *Inventário* em Cunha, Mafalda Soares, "O processo de partilhas por morte de D. Teodósio I", no Volume I.

futuro breve publicar alguns destes documentos, pelo seu inquestionável valor histórico.

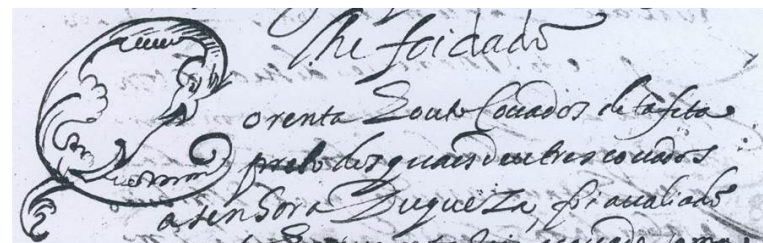
O Inventário

O designado *Inventário de D. Teodósio I* encontra-se na colecção de reservados que integra a Biblioteca de D. Manuel II, parte do Arquivo da Fundação da Casa de Bragança, e está identificado com a cota: BDM II Res Ms 18. Estando originalmente integrado no arquivo da Casa de Abrantes⁷, assim como os *Maços de D. Brites*, estes documentos foram dispersos pela própria família, ao longo da segunda metade do século XX. É neste contexto que o *Inventário* é adquirido num leilão de manuscritos da Livraria Histórica e Ultramarina de José Maria da Costa e Silva, por vontade do então arquivista, Manuel Inácio Pestana, e do presidente da fundação, João Amaral Cabral.

Antes desta aquisição, já José Maria da Costa e Silva compunha em 1968 uma cópia dactilografada, que se constitui como a primeira transcrição existente do *Inventário*, depositada no já extinto Arquivo Histórico do Ministério das Finanças com a cota Res. Man. ms. C.^a Abr. 2⁸, e transferida mais tarde para a biblioteca do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Foi a partir da reprodução digital deste trabalho que se iniciou este novo trabalho de transcrição que agora se apresenta.

Este manuscrito constitui-se como um livro em papel, cosido a linha, envolvido por uma encadernação em pergaminho, estando escrito em português com uma tinta ferrogálica. Com formato em oitavo, com cerca de 33 cm de comprimento, apresenta-se em bom estado de conservação, apenas se notando alguns repasses de tinta e a corrosão do papel em algumas partes onde foi aplicada uma maior quantidade de tinta. O papel distingue-se pela diversidade de marcas de águas existentes, uma das quais surge desenhada pelo Dr. João Ruas em *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II*⁹. Uma análise preliminar destas marcas, feita por este mesmo autor, indica tratar-se de papel seiscentista feito em oficinas italianas¹⁰, possivelmente genovesas ou piemontesas¹¹. Ao longo de vários fólhos, há que referir também a presença de ilustração caligráfica de algumas capitulares, com o mesmo tipo de tinta, que utilizam principalmente referências vegetalistas e faunísticas (figura 1).

Finalmente, e no que respeita a outras marcas deixadas no *Inventário*, não coevas ao momento da sua redacção, devemos fazer notar que



1. Detalhe de ilustração caligráfica do *Inventário*, figurando animal.

este não tinha os fólhos numerados, sendo estabelecida posteriormente a numeração a lápis de carvão, pelo antigo arquivista do Arquivo Histórico da Fundação da Casa de Bragança, Dr. João Ruas, por modo a facilitar o processo da sua transcrição e consulta. Do mesmo modo, verificam-se algumas outras marcas a lápis à margem do corpo principal do texto: pequenas linhas e cruces, mas também palavras, como "aqui". Estas são com certeza elementos feitos a posteriori da sua redacção e que assinalam paragens ou notas durante a consulta e leitura daquele documento¹². Surgem também pequenos traços e pontos de interrogação a esferográfica, estes com certeza fruto de uma leitura atenta, que pressupõe a anotação pontos de paragem e de dúvidas¹³.

Entrando no conteúdo e estrutura do *Inventário*, este documento data de 15 de Dezembro de 1665, como se atesta pelo carimbo com o Selo Quarto de dez reis de 1665 apresentado no primeiro fólho, reunindo a cópia de uma parte considerável do processo de inventário de bens do duque D. Teodósio I, por requisição de D. José Luís de Lencastre, 3.^o conde de Figueiró e sobrinho bisneto de D. Brites de Lencastre.

O processo original do *Inventário* ter-se-á perdido, restando apenas alguns exemplares originais ou copiados à época de parte dele, e que integram os *Maços de D. Brites* (a saber: 1-t-1, 1-t-2, 1-t-3, 1-t-5 e 1-t-9). O cruzamento destes textos permitiu-nos tirar algumas dúvidas relativas à versão copiada do século XVII, conseguindo perceber-se algumas leituras erradas que o escrivão fez e que, por vezes, alteraram substancialmente a interpretação do texto¹⁴.

De facto, é importante notar que apesar do *Inventário* ser hoje fisicamente apenas um único livro, estamos perante a cópia de uma reunião de pequenos maços ou cadernos (conjuntos de fólhos), que correspondiam a diferentes fases do processo de partilha *post mortem* dos bens

7 A associação à Casa de Abrantes pode explicar-se pela descendência indirecta das duquesas D. Brites e D. Isabel, sua filha, a quem deixaram o seu património em testamento. Ver mais abaixo neste texto as relações familiares de D. José Luís de Lencastre, requerente da cópia do *Inventário*.

8 Esta foi consultada por Aires Nascimento e mais tarde parcialmente publicada em Nascimento, 1994, p. 211.

9 Ruas, 2006, p. 90.

10 Durante o século XVII está documentado o abastecimento recorrente de papel italiano à máquina burocrática portuguesa. O levantamento sistemático de todas as marcas de água poderá ajudar-nos a aferir com maior exactidão as diferentes oficinas e eventuais intervalos temporais da sua produção.

11 Leonardi, 2009.

12 Estas anotações poderão ter sido feitas aquando da consulta deste processo durante a já referida "batalha" judicial. Como exemplo veja-se *Inventário*, fl. 7.

13 O recurso à esferográfica indica que a pessoa que fez estas marcas terá sido alguém já do século XX e que consultou com detalhe o inventário, podendo ser estas com maior probabilidade fruto do trabalho de leitura que deu origem à primeira versão transcrita dactilografada deste inventário.

14 Para mais informação ver *Da leitura do documento à sua transcrição*, neste volume.

do duque de Bragança. Este tipo de processos iniciava-se logo após a morte do testador, com a abertura do testamento e do seu instrumento de aprovação, que era normalmente copiado ou anexado ao processo. Aí se sabia quem eram os testamenteiros nomeados para assegurar o cumprimento das determinações estabelecidas pelo falecido¹⁵. A partir daqui, e havendo mais do que um herdeiro, o cabeça de casal, geralmente a/o viúva/o ou o descendente mais velho, devia iniciar o processo de inventário de bens para que estes pudessem posteriormente ser vendidos ou distribuídos no valor que deveria caber a cada um¹⁶, fixando-se esta divisão no auto de partilhas. Geralmente começava-se pelo património móvel e só depois se passava ao imóvel, benfeitorias e dívidas. No primeiro caso, iniciava-se geralmente pelos bens mais valiosos: dinheiro, ouro e prata, seguidos dos têxteis, mobiliário, livros, semoventes e outros bens que fossem passíveis de avaliação, ou seja, que tivessem um valor venal atribuível¹⁷. Assim, a avaliação destes bens era normalmente feita em separado, pois necessitava de diferentes avaliadores para o fazer. Para cada tipo de objectos deveria haver um ou mais avaliadores que fossem mestres naqueles ofícios, requisitados conforme as necessidades na avaliação do extenso rol de bens. Assim, para o ouro e prata estaria encarregue um ourives, para o mobiliário um carpinteiro, para os imóveis um mestre-de-obras, e assim sucessivamente.

Dada a dimensão dos bens aqui envolvidos, o inventário torna-se mais detalhado, juntando outro nível de separação, que é o de áreas funcionais dentro do paço ducal, cuja organização/administração recaía geralmente sobre uma ou mais pessoas, como a câmara, a guarda-roupa, a livraria, a botica, a cozinha ou a estrebaria. Salientamos por isso o papel-chave dos “encarregados” neste inventário, que acompanhariam os avaliadores e assegurariam que todos os bens que tinham sob a sua “jurisdição” eram listados. Assim, apesar da existência de uma distinção espacial, nem sempre a correlação desta com os objectos é possível, uma vez que um encarregado podia ter mais do que uma zona a si atribuída.

Paralelamente, a lista de bens obedecia ainda à distinção entre bens adquiridos e não adquiridos: os primeiros que haviam sido integrados no património da casa durante o primeiro casamento de D. Teodósio I (com D. Isabel, mãe de D. João, futuro duque de Bragança) e os segundos já só incorporados após o seu segundo matrimónio (com D. Brites,

com quem teve mais dois filhos)¹⁸. Para uma maior facilidade no registo do inventário, o escrivão nomeado Sebastião Alvares utilizaria pelo menos dois “cadernos” distintos¹⁹, um para o património adquirido e outro para o não adquirido, dentro do qual se encontrariam os diferentes títulos que identificam o local e encarregado desses mesmos bens.

Cada conjunto de bens terá sido descrito e avaliado em dias diferentes, mais uma vez pela morosidade que tamanho volume de bens pressupunha. No início do inventário vinha, como era suposto, o auto de juramento feito pelo cabeça de casal, D. Brites, que jurava a 14 de Outubro de 1564 sobre os “santos evangelhos”²⁰ listar todo o património existente. A este seguir-se-ia os autos de “louvamento” dos avaliadores, dos quais não foi feita cópia, provavelmente por não serem pertinentes para o processo. De facto, apenas nos fólios 112v a 113 do *Inventário* surge copiado o louvamento de dois ourives lisboetas, a propósito da avaliação de umas jóias específicas da guarda-roupa do duque, cujo valor era muito avultado.

A inventariação e avaliação dos primeiros bens começou logo a 16 de Outubro de 1564. No final do arrolamento de todo o património era expectável a existência dos autos de partilha que, como o próprio nome indica, se destinavam a listar a divisão de bens por cada herdeiro. No presente caso, não existe esse registo copiado. Isto pode acontecer pela mesma razão que justifica a falta da cópia dos autos de louvamento dos avaliadores. Contudo, esta lacuna lacuna poderá ser ultrapassada, pelo menos parcialmente, por duas vias, uma que se encontra no próprio *Inventário* e outra que recorre a outros documentos. No primeiro caso, é a própria descrição dos itens avaliados que indica a pessoa a quem se vendeu ou que ficou em posse daquele bem, pelos mais variados motivos²¹. No segundo caso, o *Auto de entrega dos bens da herança de D. Teodósio I a D. João e D. Brites*, permite-nos aferir detalhadamente os bens com que D. João e depois D. Brites ficaram após a divisão do património do seu marido. Este maço, que integra os designados *Maços de D. Brites*, faria parte do processo original de inventário, não tendo sido copiado pelo manuscrito do século XVII.

Os Maços

Os chamados *Maços de D. Brites* localizam-se igualmente na colecção de reservados da Biblioteca de D. Manuel II, do Arquivo da Fundação

15 Os testamenteiros nomeados haviam sido o seu filho D. João, duque de Barcelos, o seu irmão D. Constantino e D. Afonso de Lencastre, seu tio. *Vid* Cunha, Mafalda Soares, “O processo de partilhas por morte de D. Teodósio I”, p. 29, no Volume I.

16 Para mais informações sobre o caso particular do processo de partilhas do património de D. Teodósio I, veja-se Cunha, Mafalda Soares, “O processo de partilhas por morte de D. Teodósio I”, no Volume I.

17 Este detalhe é importante, pois são alguns os bens inventariados e que “valem nada”. Provavelmente, ter-se-á pensado inicialmente em avaliar aqueles objectos, mas aquando da avaliação dos mesmos, o avaliador não os terá considerado. Na maior parte das vezes, as razões apontadas recaem no mau estado de conservação dos objectos.

18 Para mais sobre este assunto veja-se Cunha, Mafalda Soares, “O processo de partilhas por morte de D. Teodósio I”, no Volume I.

19 *Inventário*, fls. 70-70v.

20 Neste caso é feito também um juramento pelo duque D. João, herdeiro que também tinha ao seu cargo parte do património de seu pai. Este juramento não é colocado no processo, mas apenas mencionado. *Inventário*, fl. 3. Em qualquer dos casos, ambos foram feitos a 14 de Outubro de 1564, no paço ducal de Vila Viçosa, estando D. Brites acompanhada pelo seu procurador Estêvão Preto.

21 Aqui se encontram entre outras pessoas, os herdeiros de D. Teodósio, sendo comuns as referências a determinados bens que ficam na posse de um ou outro, à conta da sua parte na herança. A título de exemplo veja-se *Inventário*, fls. 36-36v.

22 A par deste conjunto documental foi ainda adquirido o BDM II Res Ms 17 Adq, já não directamente relacionado com o processo de herança de D. Teodósio, mas com o arquivo pessoal de D. Brites de Lencastre, vivendo já no castelo do Alandroal. Este documento estaria associado a outros adquiridos, possivelmente no mesmo leilão, pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e que vieram a integrar o fundo da Casa de Abrantes, como os "Autos da duquesa de Bragança D. Brites de Lencastre contra António Dias" (cota: Arquivo da Casa de Abrantes. Leilão Silva's, Cx 89, nº 730).

23 Excepção feita para alguns dos documentos, com repasses de tinta que impedem nalguns casos a sua leitura e subsequente transcrição, como o Ms 17, 1-t-8 e 1-t-9.

24 Ruas, 2006, p. 53.

25 Não se identificaram à data os documentos ou maços que corresponderiam à numeração 6, 7, 10 e 11, pelo que se supõe que terão tido outro destino que não o dos maços que agora tratamos. Estas cotas terão assim sido atribuídas antes destes maços terem sido vendidos por um particular, através de uma casa de leilões, à Fundação da Casa de Bragança, conforme referido acima.

26 A inexistência de uma segunda cota aponta para que este documento tenha sido agrupado a este conjunto mais tarde, não fazendo parte do processo inicial.

27 Para compreender a ligação entre D. Brites e D. Isabel, sua filha, e os direitos sucessórios de D. José Luís de Lencastre veja-se Cunha, Mafalda Soares, "O processo de partilhas por morte de D. Teodósio I", p. 36, no Volume I.

28 Veja-se a nota 23.

29 O primeiro comendador-mor de Avis foi D. Luís de Lencastre, filho de D. Jorge, irmão do duque de Aveiro e pai da duquesa D. Brites.

30 D. Francisco Luís de Lencastre

da Casa de Bragança, e está identificado com a cota: BDM II Res Ms 17. Estes foram adquiridos também por compra num leilão de manuscritos da Livraria Histórica e Ultramarina de José Maria da Costa e Silva²². Composto por oito livros em papel, cosidos a linha e com encadernações em papel, são manuscritos em português, com algumas referências em latim, próprias do vocabulário legalista utilizado na argumentação de um processo judicial. Com formato em oitavo, têm cerca de 30 cm de comprimento, e apresentam-se em relativo bom estado de conservação²³. Apresenta vários tipos de letra, desde gótica, encadeada a letra do século XVIII de várias mãos. O papel tem marcas de água, que foram já sumariadas por João Ruas²⁴, ainda que não seja estabelecida uma correspondência das marcas de água aos respectivos maços.

Cada um dos oito livros ou maços, tem uma identificação individual que vai do 1-t-1 a 1-t-12²⁵, uma numeração reutilizada aquando da sua entrada na colecção da Biblioteca de D. Manuel II, a partir de um sistema de cotação atribuído por um anterior possuidor. Os mesmos documentos apresentam ainda um outro sistema de cota (à excepção do 1-t-2 que não inclui outra referência senão esta²⁶), em que se coloca "Maço de Bragança e Comendador-mor, Mç. 6, Letra B, nº X", variando apenas o número do documento. O 1-t-12 ao nº3; o 1-t-8 ao nº6; o 1-t-9 ao nº8; o 1-t-3 ao nº9; o 1-t-1 corresponde ao nº10; o 1-t-5 ao nº11; e o 1-t-4 ao nº12. Esta identificação leva-nos a acreditar que estes livros eram os exemplares que pertenceriam inicialmente a D. Brites, fruto do longo processo de partilhas do património de D. Teodósio, e que terão sido mantidos pelos seus herdeiros²⁷ como testemunho das múltiplas fases desta disputa. Os números em falta corresponderiam certamente a outros elementos documentais deste processo, que se terão desagregado do conjunto inicial aquando da dispersão do arquivo da casa de Abrantes já no século XX²⁸.

Deste modo, é provável que a constituição desta organização arquivística tenha sido criada pelo próprio D. José Luís de Lencastre, 3º conde de Figueiró e autor do pedido de cópia do *Inventário*. De facto, a designação da cota parece remeter de forma clara para as as duas origens deste conjunto: "Bragança" por ter tido início com D. Brites de Lencastre, duquesa de Bragança, e "Comendador-mor", neste caso referindo-se a D. Francisco Luís de Lencastre, 3º comendador-mor de Avis²⁹, sobrinho de D. Brites, e avô do 3º conde de Figueiró e 4º

comendador-mor de Avis a partir de 1673³⁰, por via de quem este arquivo continuou.

A passagem para o arquivo da Casa de Abrantes far-se-á de forma "linear", pela inexistência de sucessão directa de D. José Luís de Lencastre. O seu património e comenda passarão para o seu irmão, D. Luís de Lencastre, que era já 4º conde de Vila Nova de Portimão³¹, e que absorve assim a comenda da Ordem de Avis. O seu filho, D. Pedro de Lencastre Silveira Valente Castello Branco Vasconcellos Barreto e Menezes, continuará a linhagem como 5º conde de Vila Nova de Portimão e 6º comendador-mor de Avis, sucedendo-lhe depois o seu filho D. José Maria Gregório Francisco de Lencastre³². Contudo, é apenas com o filho deste último, D. Pedro de Lencastre da Silveira Castello Branco Sá e Menezes, que se acumulará ao título de 7º conde de Vila Nova de Portimão o de marquês de Abrantes³³. É neste momento que os *Maços de D. Brites* terão integrado o arquivo desta Casa.

Dentro dos *Maços de D. Brites* encontram-se vários documentos que se envolviam com o processo de partilhas de bens de D. Teodósio I, alguns dos quais podem constituir-se como originais ou cópias coevas. No caso do 1-t-1 encontramos um manuscrito de 1565 em que a duquesa D. Brites protesta oficialmente sobre bens que haviam sido mal catalogados ou não inventariados, e ainda a indevida avaliação de alguns bens que esta declara como seus (precípuos). Estes últimos, por pertencerem ao seu dote ou por lhe terem sido ofertados directamente, não deveriam ser incluídos na herança a partilhar entre os todos os herdeiros de D. Teodósio I. Do fólio 1v ao fólio 15, surge-nos uma lista de jóias, cujas entradas têm uma equivalência directa a entradas do *Inventário* (nomeadamente do 0001-0051; 0100-0159). Segundo a duquesa estas jóias, que são listadas no *Inventário* como parte de jóias adquiridas, foram-lhe oferecidas pelo duque, não devendo entrar nas partilhas. Do fólio 15v ao 18v surgem listas de dívidas não adquiridas, ou seja, anteriores ao casamento de D. Teodósio com D. Brites, que o duque D. Teodósio tinha mandado pagar entre Março de 1560 e Agosto de 1563 (duas destas correspondem directamente às entradas 6140 e 6141 do *Inventário*). De entre as dívidas pagas contemplam-se pagamentos de serviços prestados à Casa³⁴, obras de edifícios³⁵, encomendas artísticas³⁶, tratamentos médicos³⁷... Do fólio 22 ao 30v apresenta-se um protesto completo da duquesa D. Brites, datado de 11 de Setembro de 1570, requerendo novamente que lhe fossem dados os

36 botões de diamantes, a escrava índia Violante, e as águas de cheiro da (sua) botica que entretanto se haviam estragado e pelas quais pedia uma compensação. Este último documento evidencia uma utilização recorrente de terminologia jurídica latina, por se tratar efectivamente de um protesto num complexo processo de partilhas como é o caso.

O 1-t-2 reúne avaliações de benfeitorias ao Paço Ducal de Vila Viçosa, feitas aquando do Inventário de D. Teodósio. Dos fólhos 1 ao 14v apresenta-se uma lista com as benfeitorias realizadas durante o segundo matrimónio de D. Teodósio I. Aqui se podem ver de forma discriminada várias obras de carpintaria, pinturas e gradeamentos de ferro feitas para diferentes compartimentos e zonas deste edifício. A partir do fólho 16 registam-se as benfeitorias feitas durante o primeiro matrimónio de D. Teodósio I. Nestas se encontram diversas obras de pedraria e alvenaria (fólhos 16 a 28v), obras de carpintaria (fólhos 29 a 30v), pinturas de frescos (fólhos 31 a 33v) e, ainda, grades e linhas de ferro (fólhos 34 a 39) feitas para diferentes zonas do paço ducal. Este documento foi parcialmente transcrito na obra *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa (1540-1640)*, de Vítor Serrão³⁸.

O maço 1-t-3 constitui um documento do século XVI com o rol de bens que D. Teodósio guardava no seu paço ducal em Lisboa. Neste maço encontra-se ainda uma outra cópia desde mesmo documento, mas já do século XVIII. A versão que surge transcrita agora neste volume é uma revisão da cópia quinhentista, a partir da transcrição integral já publicada por José Mendes da Cunha Saraiva³⁹.

No que respeita aos maços 1-t-4 e 1-t-5, estes estão intimamente ligados, pois o primeiro é uma cópia mais tardia do segundo, que poderá por sua vez tratar-se de parte do processo original de partilhas, datando de 27 de Outubro de 1567. Estamos perante o auto de entrega dos bens do património de D. Teodósio I, ao duque D. João (fólhos 4 a 37v) e à duquesa D. Brites (fólhos 37v a 57v).

Os maços 8, 9 e 12 são todos relativos à execução do testamento da duquesa D. Brites, feito a 5 de Junho de 1623. No maço 1-t-8 é-nos apresentada uma cópia do testamento, com respectivo instrumento de aprovação. Este manuscrito parece ter estado integrado com outros documentos e só depois separado, uma vez que a numeração dos seus fólhos começa no número 16.

O maço 1-t-9 começa por um sumário da partilha dos bens da duquesa

D. Brites pelos seus legítimos herdeiros, que se prolonga até ao fólho 11v. Do fólho 12 ao 13v são enumerados todos os bens que constituíram a terça da herança de D. Brites, e que esta deixou à sua filha D. Isabel. Nas páginas que se seguem surgem cópias parciais do testamento da duquesa D. Brites, relativas ao local de enterramento desta duquesa⁴⁰. A partir do fólho 21 apresentam-se cópias do testamento, cédula e codicilo testamentário da sua filha D. Isabel, e duquesa de Caminha, feitos a 30 de Outubro de 1615, a 2 de Outubro de 1623 e a 20 de Maio de 1626, respectivamente. Do fólho 37 ao 44v surgem uns *Papeis do senhor Conde de Figueiro*⁴¹, dos anos de 1646 e 1647, mas copiando outros de 1637 e 1638, quando era responsável pela execução dos testamentos das duquesas D. Brites e D. Isabel, e como administrador das capelas das mesmas, D. Francisco Luís de Lencastre. Ao longo destas cópias são feitas referências ao documento original, como os autos de partilha ou de execução que, muito provavelmente, eram antecidos pelo inventário e avaliação dos bens da duquesa D. Brites. Este documento seria certamente volumoso, com pelo menos 225 fólhos⁴². Finalmente, o fólho 46 a 53v apresenta uma cópia de um contrato de arrendamento, de 26 de Julho de 1634, de uma herdade do mosteiro de Nossa Senhora da Suberra, ao lavrador Manuel Gomes.

Por último, o maço 1-t-12, com apenas 5 fólhos, e é constituído por uma certidão passada a 27 de Novembro de 1623, em que a duquesa de caminha D. Isabel pede a cópia de duas quitações dadas pelo Marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses, seu marido, do dote que havia sido contratado aquando do seu casamento. Este pedido surge no contexto da morte da duquesa D. Brites, cujo testamento e partilha de bens devia ser feito cumprir pela cabeça de casal, sua filha D. Isabel. Este documento não se encontrava numerado, pelo que a indicação dos fólhos foi atribuída pelo autor da transcrição.

Apesar da aparente desconexão entre todos os documentos, encontramos sempre protagonistas ou personagens secundárias transversais, envolvidas em longos processos de heranças familiares. De modo mais ou menos directo, todos envolvem a figura de D. Brites de Lencastre, o que de algum modo levou à atribuição do título deste conjunto documental. Se esta mulher é claramente aqui a figura principal, a grande motivação para a reunião destes “papéis” é sem dúvida a partilha entre herdeiros do enorme património de D. Teodósio I.

terá como descendente primogénito D. Pedro de Lencastre, 2º conde de Figueiró, pai de D. José Luís de Lencastre, que lhe sucedeu na casa como 3º conde de Figueiró.

31 Sousa, 1745, p. 315.

32 Sousa, 1745, pp. 321-324.

33 A sucessão na casa de Abrantes acontece em 1764 por morte sem descendentes da sua prima D. Maria Margarida Lorena, 4ª marquesa de Abrantes.

34 Como o pagamento feito a Pedro Godinho de Sousel “em satisfação do serviço que fez ao duque”. Ms. 17, 1-t-1, fl. 20.

35 Como o pagamento feito ao pedreiro Manuel Tristão pelas obras no hospital de Vila Viçosa. Ms. 17, 1-t-1, fl. 16v.

36 Como o cálice de prata encomendado ao ourives Tomás de Castro para o convento de Nossa Senhora da Esperança.

37 Como as mezinhas que se pagaram ao boticário João Rebelo. Ms. 17, 1-t-1, fl. 16v.

38 Serrão, 2008, pp. 235-245.

39 Saraiva, 1948.

40 Parece ter havido uma contestação por parte das freiras do mosteiro de Santa Ana de Leiria, onde D. Brites havia instituído uma capela. Segundo aquelas, o montante monetário deixado para suprir as despesas dos sufrágios e manutenção da capela não era suficiente. Ms. 17, 1-t-9, fl. 2, 13v.

41 Este conde, D. José Luís de Lencastre, é o mesmo que fará o pedido de cópia do Inventário de D. Teodósio, em que tenta esclarecer a contenda existente em torno das capelas e sufrágios instituídos.

42 Ms. 17, 1-t-9, fl. 2, 13v.